

Jefferson e Lauro criticam a reforma administrativa

Jefferson diz que governo agiria bem se reconhecesse erro e recuasse na quebra da estabilidade. Lauro Campos teme abertura do serviço público a contratações sem concursos

Ação efetiva em favor da infância



Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) elogiou a campanha desencadeada pelo governo em favor da infância e da adolescência e contra

a prostituição e a exploração de mão-de-obra indevida, mas alertou que não se resolverão esses problemas enquanto não forem atacadas as suas verdadeiras causas.

- Se aos pobres não forem destinados meios e recursos para enfrentar as necessidades de qualquer ser humano, tudo não passará de mera ficção - disse o senador. Ele apontou a inexistência de uma política fundiária como um dos principais problemas da conjuntura atual, ao lado da disponibilidade de educação básica, ensino profissionalizante e serviços de saúde, entre outros.

Romero Jucá vê, no entanto, com otimismo a possibilidade de mudanças, com os resultados da reformulação da política econômica e administrativa que o governo empreende.

A reforma administrativa proposta pelo governo foi criticada na sessão de sexta-feira por um senador da situação - Jefferson Peres (PSDB-AM) - e outro da oposição - Lauro Campos (PT-DF).

Enquanto Jefferson afirmava que "o Congresso Nacional não pode aceitar proposta de emenda à Constituição que viole direitos adquiridos", Lauro Campos ressaltou que a demissão de funcionários públicos embutida na reforma administrativa do governo aprofunda as injustiças salariais e abre o serviço público para contratações através de indicações políticas.

Jefferson Peres disse que "o governo agiria muito bem se reconhecesse o equívoco da equipe do ministro Bresser Pereira com relação à quebra da estabilidade do servidor público, embutida na reforma administrativa". Para o senador, a quebra da estabilidade, sugerida pelo governo federal, não pode atingir os servidores que já a adquiriram.

Já o senador Lauro Campos disse que o número de funcionários públicos no país



Jefferson Peres



Lauro Campos

foi bastante reduzido, e observou que, enquanto o governo dos Estados Unidos emprega 15% da população economicamente ativa, e a Inglaterra, 21%, o Brasil registra 9,4% de funcionários públicos no total de sua força de trabalho empregada.

Lauro Campos salientou ainda que, no Brasil, há injustiças salariais evidentes, com os mesmos níveis de desigualdade registrados na

distribuição da renda no conjunto do país. "Assim como apenas 10% de brasileiros auferem 50% da renda nacional, entre os funcionários, 10% deles consomem 52% das despesas com pessoal", frisou. A relativização da exigência de concurso público contida na proposta de reforma administrativa do governo, a seu ver, só aprofundará ainda mais essas distorções.

NESTA EDIÇÃO

Odacir defende ligação com o Pacífico

Página 3

Crise no extrativismo preocupa Marina

Página 4

Jonas: Real tirou R\$ 7 bi do campo

Senador explica em detalhes as bases do acordo entre parlamentares e governo. Página 3

Recomeça na quinta discussão das emendas

Proposta que flexibiliza monopólio do petróleo terá votação final até dia 31. Contribuição para a saúde também pode ser votada até lá, para ser enviada à Câmara dos Deputados

Mostra comemora 10 anos do MCT

O Ministério da Ciência e Tecnologia vai comemorar o seu décimo aniversário de criação com a **Mostra MCT 10 Anos**, que será inaugurada nesta quarta-feira (dia 25), no Salão Negro do Congresso Nacional.

A exposição ficará aberta até o dia 27 e reunirá mais de 50 projetos nas áreas de física, química, saúde, informática, astronomia e ecologia, entre outras.

Tem início na quinta-feira (dia 26) o segundo turno de discussões em plenário da emenda que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, cuja votação final está prevista para até o dia 31. Nesse mesmo período será discutida também em segundo turno a emenda que autoriza o governo a criar uma contribuição sobre movimentação financeira (CMF) para financiar programas de saúde.

Caso a emenda do petróleo seja aprovada, será promulgada em seguida pelas mesas da Câmara e do Senado. Já a emenda da contribuição para a saúde, uma proposta do senador Antonio Carlos Valadares (SE), terá de ser remetida à

Câmara, para duas votações. Se aprovada nos dois turnos, sem alterações em relação ao projeto do Senado, será promulgada. Caso receba alterações dos deputados, as mudanças na contribuição social devem ser submetidas aos senadores.

A partir de amanhã, o Senado poderá votar a proposta de emenda constitucional que cria o Conselho Nacional de Justiça, o qual terá como competência o controle externo da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário. O projeto é de autoria do então senador Maurício Corrêa, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal.

Amin presta homenagem a Ingo Hering

A denominação de *Rodovia Ingo Hering* ao trecho da BR-470 entre a cidade de Navegantes e a divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi sugerida pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC), como homenagem ao político e líder empresarial falecido em 1992. A iniciativa, disse, conta com o apoio unânime de deputados e senadores da bancada federal de Santa Catarina.

Agenda

PRESIDENTE

Senador José Sarney

14h30 - Preside Sessão não deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DAS ATIVIDADES PARA A SEMANA

Terça-feira (24.10.95)

15h30 - Votação em primeiro turno da "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça, e dá outras providências

Quinta-feira (26.10.95)

15h30 - Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da "PECs nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, e nº 40 (discussão do substitutivo), que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde.

COMISSÕES

Terça-feira (24.10.95)

9h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimentos do diretor da Consultoria Empresarial e Assistência Técnica S/C - Consult, João Baptista de Carvalho Athaide, dos ex-governadores de Mato Grosso José Fragelli e Pedro Pedrossian, do advogado, Salomão Amaral e do diretor da Serviços, Locações e Participações Ltda. - Leasecorp, Gilberto Duarte Prado. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Ainda não definida. Local: Plenário 9 da Câmara dos Deputados.

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

11h - Comissão Zumbi dos Palmares

Pauta: Ainda não definida. Local: Sala 13 Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

19h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, sobre as relações entre o Sipam e as ações do Ibama/Defesa Civil. Local: Sala 1 da Ala Alexandre Costa.

9h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimentos do ex-governador de Mato Grosso Jaime Campos, do ex-diretor da Uruçum Mineração, Ernesto França Barreto, do ex-diretor de Desenvolvimento Comercial da Uruçum Mineração, Armando Lacerda, do geólogo Max Salustiano de Lima e do deputado estadual de Mato Grosso Wilson Santos. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Rádio e TV

Pauta: Exposição do diretor da NET do Brasil, Antônio Ataíde. Local: Sala 07 - Ala Senador - Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Encontro com a nova missão do Banco Mundial, referente ao Projeto de Reformulação do Setor de Saúde - Reforsus. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (26.10.95)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Exposição do ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, sobre o Programa de Valorização do Ensino Fundamental Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, sobre as relações entre o Sipam e as ações agropecuárias, objetivando a instrução da Mensagem nº 284/95, relativa ao Sivam. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

ESPECIAL

10h - Abertura de "Mostra comemorativa dos 10 anos do Ministério da Ciência e Tecnologia" (24 a 27.10.95). Local: Salão Negro do Congresso Nacional.



Freitas Neto

Freitas pede atenção para universidades

Ao elogiar o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pela proposta de emenda constitucional que vincula 15% de todos os recursos para a educação ao ensino fundamental, o senador Freitas Neto (PFL-PI) disse que é preciso não esquecer a penúria enfrentada pelo ensino universitário. Ele explicou que a Universidade do Piauí precisa de R\$ 3 milhões 800 mil para fechar débitos como contas de água, luz e telefone, atrasadas há três meses.

Ao elogiar o trabalho que o ministro da Educação vem realizando desde que assumiu a pasta, Freitas Neto mencionou especialmente a iniciativa de mandar diretamente para as escolas, no interior do país, os recursos destinados à sua manutenção.

Afirmando que nunca houve um programa de assistência aos estados e municípios na melhoria dos salários dos magistério, o parlamentar admitiu que o problema agora poderá ser resolvido por iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso. Referia-se ao dispositivo da Emenda Constitucional anunciada pelo governo que vincula 60% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério aos salários dos professores.

Jonas explica como será saldada a dívida rural

Plano Real provocou uma descapitalização do setor rural brasileiro em torno de R\$ 7 a 9 bilhões, garante o senador

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) explicou sexta-feira em detalhes as bases do acordo definido após três meses de entendimentos entre parlamentares e o governo federal em busca de solução para o endividamento dos agricultores. Informou o senador que o Plano Real provocou a descapitalização do setor rural em torno de R\$ 7 a 9 bilhões.

De acordo com nota informativa enviada ao gabinete de cada senador e lida em plenário por Jonas Pinheiro, as dívidas dos produtores rurais serão securitizadas com a emissão, pelo Tesouro Nacional, de

títulos prefixados que ficarão em poder das instituições financeiras credoras. Serão securitizados os saldos consolidados de operações de crédito rural realizadas por todos os bancos do sistema financeira nacional.

O limite do montante a ser securitizado será de R\$ 200 mil, após deduzidos os encargos adicionais de inadimplência e outros encargos. A quantia que superar esse limite deverá ser renegociada com



Jonas Pinheiro

a instituição credora, podendo ser dilatado o prazo de carência de sete para oito anos. Segundo frisou o parlamentar, a correção da dívida securitizada será pela "equivalência-produto" para os produtos básicos da Política de

Garantia de Preços Mínimos.

Destacando o esforço do senador Jonas Pinheiro para a obtenção do acordo, entrevistaram os senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Romero Jucá (PFL-RR).

Suplicy acusa FHC de fazer agora o que condenou no passado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recorreu sexta-feira à leitura de artigos de Fernando Henrique Cardoso, publicados na década de 80, em que criticava práticas condenáveis de negociação política por parte do Executivo, para apontar contradições com a anunciada disposição do Presidente de "usar a caneta" para demitir os que não apoiarem as reformas propostas pelo governo.

Suplicy lembrou que, à época como líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique criticou a negociação de favorecimentos a aqueles que, na Constituinte, apoiariam a ampliação do mandato presidencial para cinco anos. Em artigos publicados em 1988, pela



Eduardo Suplicy

Folha de São Paulo, lidos por Suplicy, Fernando Henrique faz críticas ao imenso poder que o presidente da República dispõe para práticas de negociações políticas condenáveis.

Em aparte, Suplicy recebeu o apoio do senador Lauro Campos (PT-DF), para quem o Presidente "é a negação do sociólogo" e o político Fernando Henrique "é a negação do Presidente". Por sua vez, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse estar convicto da "seriedade e da integridade" do Presidente, que não podem ser colocadas em dúvida por "uma frase pinçada". Melo considerou natural, por outro lado, que o Presidente não queira no governo aqueles que não apóiam seu programa.

Odacir defende ligação com o Pacífico

A definição do trajeto e a destinação de verbas para as obras necessárias visando a permitir a ligação rodoviária entre o Brasil e o Oceano Pacífico foram de-

fendidas pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), que destacou a "obstinação" do empresário de Rondônia para conquista do objetivo. O senador disse que o 3º Encontro Fronteiriço, realizado em Porto Velho, mostrou que a idéia anima com a mesma intensidade representantes do Peru, do Chile e da Bolívia.

Segundo Odacir Soares, medidas essenciais à viabilização desse projeto já foram adotadas. "Só falta, mesmo, a vontade política a ser concretizada, do lado brasileiro, com a liberação de 150 a 200 milhões de dólares".



Odacir Soares

Marina chama atenção para miséria de extrativistas

A crise que atinge a produção de borracha e de castanha e os erros em projetos de colonização provocaram o retorno das terras aos latifundiários, explica a senadora



A senadora Marina Silva (PT-AC) voltou a chamar a atenção para os problemas que afligem o Acre e que já foram denunciados por ela e lideranças políticas e religiosas daquele estado ao presidente da República. Informando que hoje, dia 23, representantes dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, assim como do Inera, se reunirão com representantes daquele estado a fim de buscar soluções para os problemas da região, a senadora ressaltou o abandono dos extrativistas e pequenos agricultores acreanos.

Segundo Marina, lavradores e extrativistas encontram-se em situação de miséria absoluta, em consequência da crise que atinge a produção de borracha e de castanha, e em decorrência de erros nos projetos de colonização, que têm resultado na reconcentração de terras. Conforme a senadora, 30% das áreas desapropriadas no Acre já voltaram para o latifúndio.

A reforma agrária na região, disse Marina Silva, deve ser realizada de forma descentralizada, através de parcerias entre a União, estado e municípios. Outra medida importante, na opinião de Marina, é a fixação de preços mínimos para a borracha, a garantia de compra e a execução de um programa emergencial para o extrativismo, dentro e fora das reservas, com ênfase para a educação e a saúde.

Solidarizaram-se com o discurso de Marina Silva os senadores Flaviano Melo (PMDB-AC), Ernandes Amorim (RO), José Arruda (PSDB-DF) e Nabor Júnior (PMDB-AC).

Calheiros recebe jornalistas norte-americanos

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), segundo secretário do Senado, recebeu sexta-feira, em nome da Mesa Diretora, um grupo de 20 jornalistas norte-americanos em visita ao Brasil. Durante o encontro, o senador respondeu a perguntas sobre o funcionamento do Con-

gresso, a votação das reformas, o relacionamento com o Executivo e o sistema político brasileiro.

Durante a entrevista, Calheiros disse que, "apesar dos recentes desencontros", o presidente Fernando Henrique Cardoso "tem investido num melhor

relacionamento com o Congresso Nacional", e que para isso conta com a habilidade de bom articulador.

- O presidente tem cumprido um grande papel na modernização do país, e para isso conta com o fato de ser um político excepcional, seu maior atributo - afirmou.

Bispo deve desculpas, diz Flaviano

O bispo Sérgio Von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus, que agrediu em programa de televisão a imagem da padroeira do Brasil, deve desculpar-se perante todos os católicos do Brasil, "até mesmo como forma de corrigir danos que já causou e evitar problemas maiores", advertiu sexta-feira o senador Flaviano Melo (PMDB-AC).

Flaviano ressaltou a posição adotada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação ao caso, "por ter-se mantido serena".

Cabral nega alteração indevida na Constituição

O senador Bernardo Cabral (PP-AM) apresentou sexta-feira em plenário levantamento realizado pelo Prodasen demonstrando que a alínea b do parágrafo 3º do artigo 166 da Constituição de 1988 foi aprovada pela Comissão de Sistematização e, em segundo turno, pelo plenário.

Os esclarecimentos de Bernardo Cabral (relator da Constituinte de 88) foram motivados por pronunciamento feito na quinta-feira pelo senador

Ademir Andrade (PSB-PA), afirmando que o dispositivo teria sido inserido na fase de redação final da Constituição.

Na sexta-feira, Ademir Andrade disse que esta informação lhe fora prestada por membros da Consultoria do Senado, e que não considera o caso encerrado, pois quer que sejam apuradas as responsabilidades. Bernardo Cabral também solicitou à Mesa do Senado que tome as providências para esclarecer o episódio.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade ■ **Editores** - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Cêlio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Revisão** - Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**